

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº e-672/2022/PGJ, DE 8.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Grazia Strobel da Silva Gaifatto, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	4 a 13.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-674/2022/PGJ, DE 8.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Christiane de Alencar, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	4 a 13.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-683/2022/PGJ, DE 8.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Regina Dornte Broch, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	4 a 13.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-692/2022/PGJ, DE 8.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.6.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-702/2022/PGJ, DE 8.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Wilson Canci Junior, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 12ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 4 DE JULHO DE 2022.

1. Expedientes:**1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006815-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001112-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001184-2.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003638-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003193-4.

**3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004245-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001841-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002058-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001581-0.

4. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000663-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003216-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001010-0.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000065-9.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004600-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002407-7.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001904-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006528-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006753-7.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000688-0.

9. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003122-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003374-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002743-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001101-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002681-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006553-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000482-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002460-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003118-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000398-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002175-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000425-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004274-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002553-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003819-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003711-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001080-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002458-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002492-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002453-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002463-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003073-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003124-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00004417-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002919-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00004182-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00004276-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002933-2.

**10. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003733-6.

1.2. Análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**1.2.1. CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00005645-5:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2016.00000825-4.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001124-9.

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2017.00001226-2.

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000193-6.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000545-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000025-2.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001392-5.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000306-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001434-6.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000221-7.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000667-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000248-3.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000676-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000351-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000395-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000634-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000904-3.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000979-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000078-9.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000149-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001190-5.

**Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00001387-0.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000198-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000248-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000347-5.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000365-3.

7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000203-6.

1.2.2. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00004558-8:****16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2016.00000212-7.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001627-0.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001736-8.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2016.00000933-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

Inquérito Civil nº 06.2017.00000043-3.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

Inquérito Civil nº 06.2017.00002405-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000451-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000459-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000129-5.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001515-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000217-2.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001164-9.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000121-8.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000759-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000342-7.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001915-2.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000394-9.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000446-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001160-5.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001175-0.

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000399-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000802-2.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000993-2.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000130-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001092-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001213-7.

17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001287-0.

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001336-9.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001344-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000011-2.

5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000208-7.

46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000268-7.

1.2.3. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00004294-0:****Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001733-9.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00005648-8:**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001391-7.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001490-5.

**Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001708-0.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000224-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000904-0.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000181-8.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000654-6.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000675-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000058-5.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001284-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000262-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000295-0.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000067-4.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001232-6.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001383-6.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000252-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000516-9.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000567-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000592-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001048-3.

4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001203-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001364-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000166-6.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000217-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000236-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000322-0.

**Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000348-6.

30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001540-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000122-2.

49ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000003-8.

1.2.4. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00005656-6:****11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001481-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2017.00001706-8.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001299-2.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001189-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000513-2.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000893-0.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000653-5.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000301-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002296-4.

4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003527-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003573-7.

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000227-2.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000219-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000517-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000677-2.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000884-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000896-6.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000992-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001052-8.

**Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00001089-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001314-7.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000066-7.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000308-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000251-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000278-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000332-0.

1.2.5. CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00005657-7:****16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2016.00001478-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2017.00001276-2.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000550-0.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000825-1.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001251-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000261-7.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000263-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000289-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000382-7.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000489-2.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000405-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000540-3.

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001793-2.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000214-0.



Inquérito Civil nº 06.2020.00000961-0.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000341-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000635-7.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001128-2.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001376-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001390-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000074-5.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000256-5.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000395-3.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000102-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000120-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000237-6.

10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000304-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000321-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000364-2.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000053-8.

1.3. Comunicação de Acordos de Não Persecução Cível firmados em Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, celebrados na fase judicial, submetidos à homologação do respectivo juízo, para fins de registro, conforme artigo 5º, § 9º da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31.5.2021:

• **3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

Ofício nº 0209/2022/03PJ/SDN, de 9.6.2022, a 3ª Promotora de Justiça da comarca de Sidrolândia encaminha o Acordo de Não Persecução Cível firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00001879-3, para homologação do ANPC.

2. Ordem do dia:

2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001165-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista/

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Galpão de Cedro



Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 8,778 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Galpão de Cedro em Bela Vista/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001183-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Ponta Porã

Assunto: Apuração de possíveis fraudes aos procedimentos licitatórios da Câmara Municipal de Ponta Porã/MS entre os anos de 2012 e 2018, em razão da participação de empresas do mesmo grupo gestor empresarial.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000465-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eurindo Alves da Silva Neto

Assunto: Apuração de desmatamento de 7,96 hectares em área de Savana Arborizada, na Fazenda Padre Vítor Gleba B, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 73/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001331-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dival Dias de Pinho

Assunto: Apuração de irregularidades ambientais ocorridas no "Sítio Nova Alvorada", localizado em Guia Lopes da Laguna/MS, de propriedade de Dival Dias de Pinho.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001386-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gilson Matzembacher

Assunto: Apuração de irregularidade ambiental na "Fazenda Moinho", localizada no Município de Jardim/MS, arrendada por Gilson Matzenbacher.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000281-6

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento "Loteamento Bairro Santa Isabel", localizado no Município de Ponta Porã.

7. Inquérito Civil nº 06.2016.00000853-2

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento "Loteamento Jardim Santo Antônio", localizado no Município de Ponta Porã.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00003248-4

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã, "Cerro Alegre Participações e Empreendimentos Ltda."

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento "Jardim Ibirapuera", localizado no Município de Ponta Porã.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias - OAB/MS nº 11.558.

9. Inquérito Civil nº 06.2019.00001241-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã



Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Alexandre Augusto Piovesan, Adriano Piovesan, Fernanda Piovesan, Luciana Rosa Piovesan Rocha

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente da má utilização do solo na "Fazenda Quatro Irmãos", bem como averiguar a regularidade das áreas de reserva legal e de preservação permanente.

10. Inquérito Civil nº 06.2017.00001683-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar danos ambientais na "Fazenda Santa Laura", no Município de Brasilândia.

11. Inquérito Civil nº 06.2021.00001383-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental e/ou regularidade ambiental do imóvel rural denominado "Fazenda Atlântica". (Operação Terra Lavada).

12. Inquérito Civil nº 06.2022.00000276-9

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Juliano Barros Donato

Assunto: Apurar a denúncia de possível assédio moral, ocorrido em 17/03/2022, nas dependências do Hospital Municipal de Ivinhema.

13. Inquérito Civil nº 06.2020.00000251-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: "Fazenda Santa Maria", Aristeu Alceu Carbonado e Outros

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel rural de matrícula nº 14.781, com área de 160,5089 ha, de propriedade de Leonel Vargas Rondon, abrangido pelo Diagnóstico Ambiental das Propriedades que margeiam o Rio Apa.

2.1.2. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002405-8

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Maria Margarete Alves Azambuja

Assunto: Apurar a regularidade da extração da vegetação nativa constatada no âmbito da operação "Cachorro-Vinagre", na fazenda Santa Amélia.

Advogados: Piero Luigi Tomasetti – OAB/PR nº 37.758, Jairo de Quadro Filho – OAB/MS nº 11.911A e Bruno Pagani Quadro – OAB/MS nº 9.738.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002248-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Ribeiro Guimarães Neto proprietário da Fazenda Navalha

Assunto: Apurar o desmatamento de aproximadamente 8,53 hectares de vegetação sem autorização do órgão competente, realizado na fazenda Navalha, de propriedade de João Ribeiro Guimarães Neto, localizada no Município de São Gabriel do Oeste.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000564-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio

Requerido: Antonio Carlos Sábio

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Recanto Fraternal", tal como consta na Ficha



Cadastral nº 1033, no âmbito do Programa SOS Rios.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000336-4

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da Comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Hospital de Santa Casa de Campo Grande e Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar se foram sanadas as irregularidades remanescentes na prestação de serviço público do Hospital Santa Casa de Campo Grande, tendo em vista as irregularidades na realização de exames laboratoriais de pacientes internados, que culminaram na rescisão contratual com o Laboratório CientificaLab.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000710-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marilene Almeida Nogueira

Assunto: Apurar eventual supressão de vegetação sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrida na Fazenda Campo Novo, situada no Município de Rio Verde de Mato Grosso MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000142-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wanderley Rodrigues da Costa

Assunto: Apurar o desmatamento de 17,97 hectares na Fazenda Minha Mãe em Porto Murtinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 234/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000323-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio

Requerido: Antonio Carlos Sábio

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado “Recanto Fraternal”, tal como consta na Ficha Cadastral nº 1033, no âmbito do Programa SOS Rios.

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000280-5

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Ponta Porã e Sindicato Rural de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Vila Jockey.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000305-9

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da Comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento São Bernardo I.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001590-0 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000289-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Boijaguá - Parte II

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 42,20 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Boijaguá - Parte II em Bela Vista/MS.

**5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000522-5**

32ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da comarca de Campo Grande

Requerente: 32.ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul/Secretaria de Estado de Saúde de MS e Município de Campo Grande/Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar a disponibilidade do uso do medicamento Cloroquina e/ou seu análogo Hidroxicloroquina para os hospitais referenciados ao enfrentamento do COVID-19 no Município de Campo Grande.

6. Inquérito Civil nº 06.2020.00001267-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Perpétua Maria Barreto Wanderley

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental constante no Auto de Infração nº 4797 e no Laudo de Constatação nº 05848, ocorrido na Fazenda Rancho Novo, de propriedade de Perpétua Maria Barreto Wanderley, localizada no município de Jardim/MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000680-6 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá

2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO AROLDJO JOSÉ DE LIMA:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002943-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual e 3ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã

Requerido: Jarbas Sotero Prebitz

Assunto: Apurar o cometimento de ato de improbidade administrativa pelo policial civil Jarbas Sotero Prebitz.

Advogado: Fábio Castro Leandro – OAB/MS nº 9.448.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000025-6

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerentes: Ministério Público Estadual e Pedro de Castilho Garcia

Requeridos: Município, Consórcio Guaicurus e as Viações Cidade Morena Ltda, São Francisco Ltda, Jaguar Transportes Urbanos Ltda, Campo Grande Ltda.

Assunto: Apurar o cumprimento do contrato no que tange ao atendimento do Marco Executivo Contratual Temporal: Matriz Origem-Destino, contido no item 8.1.2 da Cláusula Oitava no Contrato de Concessão n. 330/2012 que, consequentemente, permitirá a atualização do PDTMU (Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana).

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000231-6

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Ponta Porã, Luiz Fernando Novaes, Leyr Godoy Novaes, José Carpes e Maria da Glória Torres Carpes

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Vila Benito Almiron, localizado no município de Ponta Porã.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000852-1

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Vila Rodoviária I, neste município.

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00001247-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Nilson Brognoli e Mariana de Mello Macedo Castro

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental no imóvel rural Fazenda Pato Branco em virtude de desmatamento ilegal



de vegetação do Bioma Mata Atlântica em processo de regeneração, bem como investigar a instituição e conservação de área de reserva legal na propriedade.

Advogado: Rodrigo Otano Simões – OAB/MS nº 7.993.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001086-8

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido Município de Ponta Porã, Conseng Consultoria e Engenharia e Incorporações Ltda.

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Residencial Bosque Carandá, localizado no município de Ponta Porã/MS.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000102-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Ronilson Mota Dourado e Pedro Zamban Neto

Assunto: Promover a intervenção ambiental adequada para recuperação da nascente nº 207, localizada nas Fazendas 4R III e Santo Antônio, no município de Chapadão do Sul.

8. Inquérito Civil nº 06.2020.00001010-6

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da Comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fundação Serviços de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul - FUNSAU; Secretaria de Estado de Saúde - SES.

Assunto: Apurar as medidas que serão adotadas para reduzir o déficit de enfermeiros e técnicos de enfermagem no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000159-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Amambai; Edinaldo Luiz de Melo Bandeira, Prefeito Municipal de Amambai

Assunto: Notícia de suposto desvio de dinheiro público do Município de Amambai para fins particulares com a construção de um bueiro celular em propriedade privada.

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:

1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000624-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: CAOMA - Centro de Apoio Operacional Meio Ambiente

Requerido: Ana Maria Martin Gonçalves, Fábio Martin Gonçalves, Ricardo Martin Gonçalves

Assunto: Apurar desmatamento de 15,35 hectares em área de Savana Arborizada, Gramíneo-lenhoso e Floresta Aluvial, na Fazenda Roncador, em Costa Rica, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 167/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2020).

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000581-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Bruno Iochio Mori, André Ossamu Mori, Isabela Yumi Mori Cota

Assunto: Apurar regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural denominada 'Estância Graça' localizada no município de Ponta Porã/MS.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001119-7 - SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000235-0

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul



Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Residencial São Rafael, localizado no município de Ponta Porã.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000291-6

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ponta Porã, OGA Empreendimentos Imobiliários Ltda

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Residencial Júlia de Oliveira Cardinal.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001089-0

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ponta Porã, Conseng Consultoria, Engenharia e Incorporações Ltda.

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental do Loteamento Bosque Carandá II, localizado no município de Ponta Porã/MS – IC 33/2015/01°PJPP.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001109-0 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00000592-5

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul

Requerida: Oca Ambiental LTDA-ME

Assunto: Apurar notícia de que a empresa Oca Ambiental não possui credenciamento e registro junto à IAGRO para atividade de recebimento de embalagens de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000132-6 – SIGILOSO

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

10. Inquérito Civil nº 06.2019.00000417-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social comarca de Deodápolis

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS

Requerido: Valmir de Lima Manoel, Elizabete Nunes da Mota Manoel, José Manoel Rosa

Assunto: Apurar eventual ocorrência de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito praticado contra o Município de Deodápolis/MS, previsto no art. 9º, caput, e inciso II, da Lei nº 8.429/90, considerando a presença de indícios de percepção de vantagem econômica indevida em razão de cargo público e de mandato, em tese, praticado por Valmir de Lima Manoel, Elizabete Nunes da Mota Manoel, José Manoel Rosa e R&A Editora Jornalística Ltda, consistentes no recebimento de valores indevidos desta última oriundo de pagamento do Contrato Administrativo referente ao Processo Licitatório nº 1/2013 – Modalidade Carta Convite nº 1/2013.

2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000842-6

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Manduvi Agrícola e Pecuária Ltda Fazenda Camisa

Assunto: Colher elementos de convicção para melhor direcionar a atuação deste Parquet, visando apurar o desmatamento, possivelmente irregular, realizado na Fazenda Camisa.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000231-4

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul



Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em contratação realizada no âmbito do Município de Paranaíba.

2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002421-8

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Brookfield Incorporações S/A

Assunto: apurar eventuais irregularidades no licenciamento ambiental do loteamento e condomínios do residencial Nelson Trad, consistentes na suficiência ou não do isolamento acústico dos condomínios e do rebaixamento do lençol freático.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000703-8

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aral Moreira

Assunto: Apurar possível descumprimento dos padrões mínimos de qualidade exigidos no índice do IDEB, pela educação fundamental do Município de Aral Moreira.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000123-2

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a adequação e eficiência do serviço público prestado pelo Centro de Controle de Zoonoses de Ponta Porã ante a notícia de precarização das instalações, falta de insumos e de recursos humanos.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000920-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Neli Clarindo de Souza

Assunto: Apurar o desmatamento de 19,00 hectares, na propriedade rural denominada Fazenda Novo Império, situada em Coxim-MS, conforme Parecer do NUGEO n. 778/17.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000797-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: André Hayoshi

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 189,47 hectares de vegetação nativa, no período de 16/07/2013 a 23/01/2016, fora dos polígonos autorizados na AA nº 247/2012, bem como de 6,49 hectares, no período de 16/09/2016 a 06/09/2017, fora da vigência da autorização AA nº 247/2012, ambos no interior do imóvel rural “Fazenda Piracicaba I” (CARMS0012100), pertencente a André Hayoshi, sem licença ou autorização do órgãos ambientais ou em desacordo com a concedida e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000856-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã e outros

Assunto: Apurar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Condomínio das Paineiras, localizado neste Município.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001950-4 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

**8. Inquérito Civil nº 06.2018.00003284-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alanir da Silva Carneiro

Assunto: Apurar irregularidade ambiental na propriedade de Alanir da Silva Carneiro, consistente na supressão de uma área de 3,59 hectares de vegetação considerada como de Mata Atlântica, sem autorização da autoridade ambiental competente.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000344-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Magid Thomé Filho - Eirelli

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de 0,57 ha de vegetação nativa, situada entre a Área de Preservação Permanente no Reservatório da UHE Porto Primavera, no município de Três Lagoas.

10. Inquérito Civil nº 06.2015.00000102-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Associação Beneficente Dr. Júlio César Paulino Maia e outro

Assunto: Apurar risco à saúde pública da população do município de Brasilândia, em razão da desorganização financeiro-administrativa do Hospital administrado pela Associação Beneficente Dr. Júlio César Paulino Maia, que recebe verbas públicas.

11. Inquérito Civil nº 06.2021.00001043-2

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Selvíria

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no pregão presencial 46/2017 manejado pelo Município de Selvíria, com indevida troca de motor de ônibus na execução do respectivo contrato.

2.1.8. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000284-9**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Bairro da Granja.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000296-0

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Vila Ferroviária II.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000854-3

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Empresa Brasileira de Saneamento Ltda – EBS e Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Condomínio Jardim Paulista, no Município de Ponta Porã.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001444-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual



Requeridos: Ricardo Brito Santos Pereira, Maria Eduarda Junqueira Santos Pereira, Eduardo Diniz Junqueira, Roberto Timoner, Sérgio Timoner, Renato Junqueira Santos Pereira, Eduardo Junqueira Santos Pereira, André Junqueira Santos Pereira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural denominada "Fazenda Pinheirinho", no município de Ponta Porã/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000130-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Alberto Doreto, Idalizio Doreto, Bernardino Girardelo Stefanelo

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Santa Inácia, em virtude da constatação de dano ocasionado em área de preservação permanente.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001118-6 – SIGILOS

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00003225-1

1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Tacuru/MS

Promotor de Justiça: André Luiz de Godoy Marques

Assunto: Averiguar eventual violação aos direitos das crianças decorrentes da ausência de vagas em centros de educação infantil em Tacuru/MS.

8. Inquérito Civil nº 06.2021.00001025-4 – SIGILOS

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

9. Inquérito Civil nº 06.2021.00001156-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clarindo Santos de Rezende, Fazenda Botafogo

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 8,98 hectares de vegetação nativa, sendo está localizada em área proposta para constituição de Reserva Legal, desmatamento ocorrido na Fazenda Botafogo, em Caracol/MS, detectados pelo Parecer Nugeo nº 585/19.

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00000041-6 – SIGILOS

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000373 DE 23.06.2022 DO PROCESSO 09.2022.00005235-9

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: A2GB Comércio e Serviços Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços n.º 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico n.º 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (inverter e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais), nos termos da Nota de Empenho n.º 2022NE000373 de 23.06.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000374 DE 23.06.2022 DO PROCESSO 09.2022.00005235-9**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: A2GB Comércio e Serviços Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços n.º 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico n.º 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 1.225,00 (um mil duzentos e vinte e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho n.º 2022NE000374 de 23.06.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000376 DE 24.06.2022 DO PROCESSO 09.2022.00005234-8

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: A2GB Comércio e Serviços Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços n.º 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico n.º 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 3.700,00 (três mil setecentos reais), nos termos da Nota de Empenho n.º 2022NE000376 de 24.06.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000377 DE 24.06.2022 DO PROCESSO 09.2022.00005234-8

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: A2GB Comércio e Serviços Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços n.º 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico n.º 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho n.º 2022NE000377 de 24.06.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000378 DE 24.06.2022 DO PROCESSO 09.2022.00005234-8

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: A2GB Comércio e Serviços Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços n.º 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico n.º 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho n.º 2022NE000378 de 24.06.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 098/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/2080/2020

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;**2- FLAVIO VASCONCELOS ALVES E CASTRO**, representada por **Flavio Vasconcelos Alves e Castro**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços n.º 4/PGJ/2020 – Pregão Eletrônico n.º 10/PGJ/2020.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses; e a alteração das especificações dos Itens 1 e 2 - previstos no Anexo II – Proposta Detalhe.

Valor total: R\$ 295.625,76 (duzentos e noventa e cinco mil seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos).

Vigência: 03.08.2022 a 03.08.2023.

Data de assinatura: 24 de junho de 2022.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 035/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00003042-1

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;**2- SIDESIGN SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA**, representada por **Sidney Francisco de Freitas**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Prestação de serviços gráficos de impressão personalizados para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado total: R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE002699, datada de 21.06.2022.

Vigência: 24.06.2022 a 24.06.2023.

Data de assinatura: 24 de junho de 2022.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****DOURADOS****EDITAL 0010/2022/10PJ/DOS**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração de procedimento administrativo, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005682-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Castro e Marques Entretenimento LTDA

Assunto : Acompanhar e fiscalizar o regular cumprimento das disposições no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a 10ª Promotoria de Justiça e Castro e Marques Entretenimento LTDA.

Dourados, 13 de junho de 2022

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça em substituição legal



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

IGUATEMI

EDITAL Nº 0017/2022/PJ/IGU

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna público o Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil abaixo indicado, que está à disposição a quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade, podendo ainda ser acessado no link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2021.00001320-7

Compromitente: Ministério Público Estadual

Compromissário: Itamar Jovigevicius

Objeto: Apurar desmatamento de 1,35 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Três Amigos, em Iguatemi, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 55/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental)

Iguatemi, 27 de junho de 2022

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça Substituto

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

SETE QUEDAS

EDITAL Nº 0030/2022/PJ/STQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Procedimento Administrativo abaixo relacionado:

Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2022.00005484-6.

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: acompanhamento de superação de situação de risco envolvendo o idoso J.L.B.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 24 de junho de 2022.

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça Substituta